

**Contrata
Consultor
na modalidade
Produto**

PROJETO 914BRZ1071 EDITAL Nº 022/2024

1. Perfil: **Direito**
2. Nº de vagas: **02**
3. Qualificação educacional: **Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).**
4. Experiência profissional: **No mínimo 03 (três) anos de experiência em práticas jurídicas.**
5. Atividades **Consultor 1: Atividade 1** - Analisar legislação atual do Programas Suplementares em relação às suas normas programáticas. **Atividade 2** - Avaliar o impacto das regulamentações do Programas Suplementares no âmbito dos Municípios com menores indicadores socioeconômicos. **Atividade 3** - Sistematizar os pontos mais críticos em relação à execução e/ou à aplicação dos recursos no âmbito dos Programas Suplementares. **Atividade 4** - Avaliar o impacto da legislação dos Programas Suplementares, com propositura de revisão das normas ou mecanismos de solução objetivando mitigar as lacunas encontradas. **Consultor 2: Atividade 1** - Analisar legislação atual das Bolsas e Auxílios em relação às suas normas de financiamento da educação básica. **Atividade 2** - Avaliar o impacto das regulamentações das Bolsas e Auxílios no âmbito dos Municípios com menores indicadores socioeconômicos. **Atividade 3** - Sistematizar os pontos mais críticos em relação à execução e/ou à aplicação dos recursos no âmbito das Bolsas e Auxílios. **Atividade 4** - Avaliar o impacto da legislação das Bolsas e Auxílios, com propositura de revisão das normas ou mecanismos de solução objetivando mitigar as lacunas encontradas.
6. Produtos/Resultados esperados: **Consultor 1: Documento Técnico 1** – Documento técnico contendo a análise da legislação dos Programas Suplementares – parte I, de acordo com as orientações da Digef. **Documento Técnico 2** – Documento técnico contendo a análise da legislação dos Programas Suplementares – parte II, de acordo com as orientações da Digef. **Documento Técnico 3** – Documento técnico contendo a análise da legislação dos Programas Suplementares – parte III, de acordo com as orientações da Digef. **Documento Técnico 4** – Documento técnico contendo a análise e indicação de lacunas jurídicas identificadas nos documentos técnicos relativos à parte I, II, e III, com propositura de revisão das normas ou mecanismos de solução objetivando mitigar as lacunas encontradas. **Consultor 2: Documento Técnico 1** – Documento técnico contendo a análise da legislação atual sobre financiamento de bolsa e auxílios à educação básica pública – parte I, de acordo com as orientações da Digef. **Documento Técnico 2** – Documento técnico contendo a análise da legislação atual sobre financiamento de bolsa e auxílios à educação básica pública – parte II, de acordo com as orientações da Digef. **Documento Técnico 3** – Documento técnico contendo a análise da legislação atual sobre financiamento de bolsa e auxílios à educação básica pública – parte III, de acordo com as orientações da Digef. **Documento Técnico 4** – Documento técnico contendo a análise e indicação de lacunas jurídicas identificadas nos documentos técnicos relativos à parte I, II e III, com propositura de revisão das normas ou mecanismos de solução objetivando mitigar as lacunas encontradas.
7. Local de Trabalho: **Não há necessidade de consultor (a) permanecer nos espaços físicos da Autarquia, podendo trabalhar remotamente, desde que esteja à disposição para participar de videoconferências, atender a ligações para tirar dúvidas, responder a e-mails em tempo hábil (48 horas). Ademais, controlada a pandemia da Covid-19, pressupõe-se disponibilidade da pessoa contratada para realizar apresentações e/ou participar de reuniões presenciais em Brasília, durante a vigência do contrato.**
8. Duração do contrato: **04 Meses**
9. A contratação será efetuada mediante processo seletivo simplificado composto de 3 (três) etapas. Não serão consideradas candidaturas submetidas fora do prazo previsto, que não estejam no currículo padrão,

incompletas ou mal identificadas. A seleção será conduzida por comissão específica. A comissão será formada por no mínimo 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e representante da coordenação do Organismo Internacional.

9.1.1 PRIMEIRA ETAPA – Pontuação de Currículos – PC: a) O candidato deverá enviar o currículo conforme o padrão divulgado no site do FNDE e e-mail informado no edital. b) Serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora das datas de inscrição. c) Nessa etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência. d) A pontuação dessa etapa (PC) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Formação Acadêmica e Experiência Profissional. e) O total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato. PT (Pontuação Total) = PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista). f) O candidato precisará obter, no mínimo, 40 pontos nesta etapa para ir para a etapa de entrevistas.

9.1.2 SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas – PE: a) Serão convocados para as entrevistas os candidatos com maior pontuação na primeira etapa (análise de currículos), considerando, no mínimo, 03 (três) vezes o número de vagas para o perfil, salvo se houver empate entre os últimos colocados (caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas). As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da comissão de seleção. b) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato. c) A pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – entrevista. d) O total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato: PT (Pontuação Total) = PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista). e) O candidato precisará obter, no mínimo, 70 pontos nesta etapa, somando PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista), para que seja chamado a apresentar os documentos comprobatórios do currículo. 9.1.3 TERCEIRA ETAPA: a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas. b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela comissão de seleção. c) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” neste edital. d) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde o serviço foi prestado ou por meio de apresentação de contrato de trabalho. e) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão. f) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado. g) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado. h) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado. i) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, esse será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

9.2 Habilidades e competências: • Capacidade de compreensão e análise sobre a aplicação do direito para a interpretação de políticas públicas da educação; Conhecimento específico das legislações pertinentes aos programas suplementares e bolsas da DIGEF.

9.3 Convocação: A comissão convocará os candidatos aprovados através de e-mail e este deverá manifestar interesse à vaga no prazo de 2 dias úteis. A apresentação da documentação pessoal (cópia autenticada ou original do CPF, RG, comprovante de residência, nº de inscrição no INSS, dados bancários) terá um prazo de até 3 dias úteis da convocação.

9.4 Entrevista: A realização de entrevistas poderá ser feita por videoconferência, telefone ou outros meios que a Comissão de Seleção entenda adequado, desde que preservada a isonomia. Caso a Comissão de Seleção entenda necessário, poderá haver a realização de provas ou testes de conhecimentos ou habilidades específicos. Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deve ser formalizado por e-mail ou Termo de Desistência. Nos casos em que não houver manifestação, no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente será convocado.

10. Os currículos deverão seguir o modelo padrão publicado no site do FNDE. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/selecao-de-consultores>. Não serão aceitos currículos fora deste padrão.

11. Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas. Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

12. Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser apresentados no prazo máximo de 10 dias úteis do fato questionado. A comissão responderá aos questionamentos do Processo Seletivo, que poderão, em segundo momento, ser levados ao Coordenadora Executiva do Projeto, para subsidiar deliberação da Diretora Nacional do Projeto.

Os interessados deverão enviar o CV do dia 03/07/2024 até o dia 09/07/2024 no e-mail ccopi@fnde.gov.br, com o número do edital e o nome do perfil informados no campo assunto. Serão desconsiderados os CVs remetidos após a data limite indicada neste edital. 022/2024. Os currículos deverão seguir o modelo padrão publicado no site do FNDE. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/selecao-de-consultores>. Não serão aceitos currículos fora deste padrão.